

## CORPOS DE MULHERES INDÍGENAS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA: O TERRITÓRIO COMO R-EXISTÊNCIA E COMO CORPO-TERRITÓRIO<sup>1</sup>

Marcos Mondardo<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela UFF. Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD. E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

### Resumo

O texto se propõe a compreender o corpo-território desde às lutas contemporâneas das mulheres indígenas latino-americanas, especialmente, defronte às violências e violações de direitos humanos sofridos. Para isso, inicia-se com o debate sobre o corpo como condição/esfera da r-existência (existir para resistir) e, a partir daí, discutem-se, numa cosmologia ancestral e geográfica de conceitos, concepções de corpo-território numa perspectiva decolonial de poder no âmbito latino-americano. As violências que as mulheres indígenas enfrentam foram e são aquelas que se dirigem a própria vida, que colocam em xeque a própria existência. Lutar por corpo-território é sempre lutar por existir. Um exemplo dessa luta é o coletivo Kuñangue Aty Guasu. A Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, começou a ser organizada no ano de 2006, no Cone Sul do estado de Mato Grosso do Sul. O coletivo é organizado por mulheres indígenas em assembleias multiterritoriais que se transformaram em verdadeiros espaços políticos de organização de defesa do corpo e do território. As mulheres são as porta-vozes na luta contra as violências e por territórios sagrados, os *tekoha*.

*Palavras-Chave:* corpo-território, mulheres, Kuñangue Aty Guasu.

### Indigenous women's bodies in the face of violence in Latin America: territory as r-existence and as body-territory

#### Abstract

The text aims to understand the body-territory from the contemporary struggles of Latin American indigenous women, especially in the face of violence and human rights

---

<sup>1</sup> Meu agradecimento especial à professora de educação física, Ana Rosa Souza Santos – a “Flor” (*in memoriam*), pela amizade e pelo aprendizado que tive com ela no cuidado com meu corpo.

violations suffered. For this, it begins with the debate about the body as a condition/sphere of r-existence (to exist in order to resist) and, from there, it discusses, in an ancestral and geographical cosmology of concepts, conceptions of body-territory from a decolonial perspective of power in Latin America. The violence faced by indigenous women has been and is that which is directed at life itself, which puts its very existence in check. To fight for body-territory is always to fight to exist. An example of this struggle is the Kuñangue Aty Guasu collective. The Great Assembly of Kaiowá and Guarani Women began to be organized in 2006, in the Southern Cone of the state of Mato Grosso do Sul. The collective is organized by indigenous women in multi-territorial assemblies that have become true political spaces for organizing to defend their bodies and territory. The women are the spokespersons in the struggle against violence and for sacred territories, the tekoha.

Key-words: body-territory, women, Kuñangue Aty Guasu.

### Introdução

“Vivemos a insegurança pública no nosso cotidiano, tendo que lidar com o racismo, o preconceito, a violação de nossos corpos e de nossa cultura, com as violências dos não indígenas quando tentamos utilizar os dispositivos do Estado que oficialmente deveriam nos proteger enquanto mulheres. (...) Sem a demarcação das nossas terras, nós mulheres Guarani e Kaiowá não poderemos ter uma vida livre da violência. para que possamos ter uma vida com liberdade junto com nossos filhos, nosso povo, em nossa terra” (Relatório Final da VI Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembléia das Mulheres Kaiowá e Guarani, realizada entre os dias 10 e 14, de julho de 2018, na Reserva Indígena de Amambai, Mato Grosso do Sul).

O texto se propõe a compreender o corpo-território desde às lutas contemporâneas das mulheres indígenas latino-americanas, especialmente, defronte às violências e violações de direitos humanos sofridos. Para isso, inicia-se com o debate sobre o corpo como condição/esfera da r-existência (existir para resistir) e, a partir daí, discutem-se, numa cosmologia ancestral e geográfica de conceitos, concepções de

corpo-território numa perspectiva decolonial de poder no âmbito latino-americano.

Pensamos o poder por meio do sentido atribuído pelo antropólogo francês Pierre Clastres, em seu livro clássico “A sociedade contra o Estado” (CLASTRES, 1974). A contribuição de Clastres à Antropologia Política se deu no debate sobre a concepção de poder por meio do contato com sociedades indígenas sul-americanas, mais especificamente com os povos Guarani, em trabalhos etnográficos no Paraguai e no Brasil. O autor considera que entre os indígenas sul-americanos, o poder no sentido estatal-coercitivo, de monopólio do uso da violência legítima, não se manifesta. No entanto, ele considera que não é possível identificar “sociedades com poder e sociedades sem poder”, pois o poder político seria “universal, imanente ao social” (p. 17), e esse se realizaria tanto pelo modo coercitivo

(relação comando-obediência) quanto não-coercitivo. Assim, o poder político como aquele que envolve o território é atribuído a “uma necessidade inerente à vida social”. Nas sociedades indígenas, nessa perspectiva, uma “chefia sem autoridade” — com prestígio, mas sem poder e funções coercitivas.

O corpo-território das mulheres indígenas é lido a partir da multiplicidade inerente à espacialidade, problematizando-se às concepções eurocêntricas e patriarcais de território que acentuam as violências sofridas. Por tratar da multiplicidade do espaço, é fundamentar essa concepção de território estar associada à geopolítica feminista do território, a “geopolítica do útero” e o “útero como território” (ZARAGOCIN, 2018), dentro das principais contribuições da leitura geográfica decolonial latino-americana, o “território-corpo” (HAESBAERT, 2020), ou, no interior de uma distinção realizada pela ótica dos povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, do *tekoha*<sup>2</sup> como território de r-existência (MONDARDO, 2019a).

Nessa composição ontológica e heterogênea de multiplicidades é possível afirmar que as mulheres indígenas latino-americanas e, em particular, as mulheres Guarani e Kaiowá, tem uma leitura própria do seu corpo-território, como demonstrou o mapeamento da violência contra as mulheres Kaiowá e Guarani, “Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani”, realizado pela Grande Assembleia de mulheres *Kuñangue Aty Guasu*. Esse mapeamento foi uma demanda das mulheres deste povo para abordar a violência que ocorre em territórios indígenas contra a vida das mulheres indígenas localizadas no Cone Sul do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil.

Em nosso texto, parte-se para o enfoque de espaço em suas diferentes dimensões, que incluem a abordagem da multiplicidade contemporânea dos corpos das mulheres, das lutas das mulheres originárias contra o neoextrativismo, o neoliberalismo e o agronegócio globalizado (o

---

<sup>2</sup> O Guarani tem em *tekoha* o espaço-chave de luta e catalisador de direitos contra os territórios racistas do agronegócio e as fronteiras modernas e coloniais dos Estados. *Tekoha* é um conceito nativo denso. Em guarani, *Teko* é “vida”, “modo de ser”, “cultura”, e *ha* significa o “espaço”, “territorialização”. *Tekoha* designa o território em que o modo de ser Guarani se territorializa e

se expressa. É onde a vida é possível. As dinâmicas territoriais no *tekoha* e as relações de reciprocidade constroem a experiência de vida dos Guarani. *Tekoha* é uma noção comum entre os Guarani do Brasil<sup>2</sup>, Paraguai, Bolívia e Argentina e expressa seu processo histórico de territorialização ancestral, do “bem viver” e da “terra sem males” (MELIÀ, 2016; MONDARDO, 2021).

“agrobantitismo”) e a construção transterritorial de identidades em áreas de fronteira. Neste contexto, a geografia crítica pode promover um debate intercultural para a defesa do território e a existência de outras formas de vida, assim como manter um diálogo aberto com os povos, seus corpos, lutas e resistências. Reconhecendo ontologias nativas que estão ligadas às experiências, lutas e r-existências (existir para resistir) dos povos e territórios indígenas - vítimas do processo colonial - mas sem renunciar ao pensamento crítico que nos ajuda na tarefa de descolonização (das minorias, de baixo), do poder e do conhecimento.

Além dessa introdução e da estratégia metodológica, os resultados e a discussão desse texto são estruturados nas seções: a) O território como categoria de r-existência; b) Corpo-território: concepção e prática das mulheres indígenas latino-americanas; c) Lutas das mulheres indígenas contra o patriarcado de alta intensidade e a violência em áreas de fronteira; d) *Kuñangue Aty Guasu*: grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani. Nas considerações finais, reconhece-se que o corpo constitui-se assim como uma dimensão importante desse território, pois lutar por corpo-

território na América Latina é lutar por existir contra as violências e violações.

Defender o corpo-território contra a violência de gênero, contra a violência doméstica, contra as vulnerabilidades na exploração do trabalho, contra a espoliação da terra, contra a desterritorialização/espoliação do território de ocupação tradicional, dentre outras violências e violações.

### **Estratégia metodológica**

A estratégia metodológica adotada foi inspirada pela proposta de Smith (1999), que considera necessária a descolonização de metodologias euro-ocidentalizadas, pois as mesmas suprimiram e se apropriaram dos saberes indígenas. Para isso é necessária uma prática política e educativa de pesquisa com povos indígenas, contra o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado, e que *colabore* para a autodeterminação e demarcação dos territórios.

Os corpos indígenas são projetos de vida coletiva. Por isso, foi importante conhecer os corpos territórios indígenas, os modos de vida, os projetos de vida, e também a r-Existências, como forma política. Nas formas de auto-organização das comunidades, nem sempre por resistir, para autonomia, mas por direito de livre viver, seguir a vida, criar futuros.

Nessa pesquisa engajada, foi imprescindível elaborar uma descrição suficientemente densa, na luta pela vida, por corpo-território/terra, destacando as lideranças mulheres, como exemplar nesse processo.

Esta pesquisa foi baseada no método qualitativo de análise documental de relatórios. Além disso, realizamos trabalhos de campo em aldeias e acampamentos indígenas, com coleta de dados e informações, observação (que variou de observador à participante), descrição, entrevistas e atividades em campo, considerando o corpo do geógrafo e os desafios da experiência próxima, inspirado no trabalho de Nascimento (2019).

Também utilizamos a abordagem qualitativa da revisão de literatura, por autoras e autores indígenas e não indígenas. Para a revisão da bibliografia colocamos como principais referências os relatórios produzidos pela Grande Assembleia de mulheres *Kuñangue Aty Guasu* e obras de intelectuais indígenas como Veron (2018) e Guajajara (2020), e obras não indígenas como Chamorro (2009), Seraguza (2013; 2017) e Haesbaert (2020). Para isso, é fundamental construir uma geografia simétrica crítica, no sentido de um diálogo intercultural de abordagens. Como método de pesquisa, estamos

caminhando assim para a construção de uma geografia intercultural crítica para e com os povos indígenas.

Assim, é importante ter em mente que, no Brasil, em relação a outros contextos da própria periferia global da América Latina, as perspectivas indígenas estão situadas em uma certa perspectiva ontológica ou pluriontológica. Neste sentido, em uma certa leitura indígena-latino-americana, este conhecimento geohistórico contextualizado da pandemia Covid-19 deve dialogar com as práticas dos povos indígenas a fim de subverter o pensamento centrado no Estado e destacar lutas ontológicas, r-existências, pela vida, por terra, corpo e território. Portanto, existir como povos nativos para resistir é enfrentar o “autoritarismo” (SCHWARCZ, 2019), o “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2018) e a negligência da governança globalizada e “necropolítica” (2011) do agronegócio no Brasil contemporâneo. Assim, em relação aos corpos ancestrais, a estratégia metodológica adotada foi delineada pela “pesquisa emancipatória”, na direção da descolonização das metodologias, proposta por Smith (1999), que valoriza a ancestralidade, a cosmologia e o ponto de vista indígena, elaborada a partir de

corpo-territórios das mulheres indígenas periferias.

### **O território como categoria de re-existência**

O território como categoria de re-existência no contexto latino-americano tem início no próprio corpo. Frente às violências e violações de direitos humanos as mulheres indígenas lutam pelo espaço, o corpo, que se conforma na própria geografia da resistência, um fenômeno de dimensões drásticas nas lutas contra o “colonialismo interno” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2006), e o “patriarcado de alta intensidade colonial-moderna” (SEGATO, 2016).

Na América Latina (*Abya Yala*) e particularmente no Brasil/Pindorama o corpo está no centro das lutas pela existência físico-cultural dos povos indígenas, pois “se fere a nossa existência, seremos resistência”, afirmam movimentos de mulheres latino-americanas. Os agenciamentos que atravessam às resistências indígenas e que demarcam seus corpos fazem parte de uma agenda de luta no Brasil contemporâneo.

Como afirma Begoña Dorronsoro (2019, p. 382), “resistir implica (...) exercer o direito a partir do próprio”, “transitar também pelo direito alheio e procurar a melhor maneira de poder

reivindicar, obter, defender, garantir, promover e conservar os direitos próprios individuais e coletivos quando o direito majoritário não os contempla ou os ignora”. Diante da recessão democrática e do ataque genocida aos povos originários a maior estratégia política é se manter vivo. Para lutar é preciso estar vivo.

Como foi concebido coletivamente no documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, em que estavam presentes 2.500 mulheres de mais de 130 diferentes povos indígenas, representando todas as regiões do Brasil, reunidas em Brasília (DF), no período de 10 a 14 de agosto de 2019, se manter vivo para as mulheres indígenas diz respeito a manter viva as suas verdades cosmológicas através dos cantos, danças, pinturas, rituais, luto, ancestralidade e manifestações que fazem parte de seus corpos.

*Somos totalmente contrárias às narrativas, aos propósitos, e aos atos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando à invasão e exploração genocida dos nossos territórios pelo capital. Essa forma de governar é como arrancar uma árvore da terra, deixando suas raízes expostas até que tudo seque. Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que*

*pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. (...) Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios. (...) Por tudo isso, e a partir das redes que tecemos nesse encontro, nós dizemos ao mundo que iremos lutar incansavelmente para: 1. Garantir a demarcação das terras indígenas, pois violar nossa mãe terra é violentar nosso próprio corpo e nossa vida; (Documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”, Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019.*

Esse protagonismo das mulheres indígenas está relacionado às perspectivas ecofeministas, à ética do cuidado e a mãe Terra. Isso nos leva a seguinte pergunta: como uma aliança de corpos constrói espaços de resistência na luta pelo reconhecimento e reivindicação de direitos territoriais? Como essa “aliança de corpos e política das ruas” (BUTLER, 2018) pode encarnar uma mudança e demonstrar o que se tem de conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil?

As lutas das mulheres indígenas por direitos são agenciadas pelo corpo-território. Lutas construídas desde o corpo. Lutas pela pluralidade de corpos.

A luta pela diferença como multiplicidade de corpos. Na sinestesia dos bons encontros entre corpos fica mais efetivo o exercício das resistências. Existir enquanto corpo físico-biológico, mas, sobretudo, enquanto subjetividade. Essas subjetividades ameríndias onde estão presentes outras perspectivas de mundo, cosmologias de mundo por vir a ser. Nestas subjetividades corpóreas os múltiplos mitos e conseqüentemente a multiplicidade de espaços imaginados a partir dos povos indígenas brasileiro-latino-americanos contém ideias fecundas para a construção das lutas e defesa dos territórios (MONDARDOa, 2019).

Mas o que são corpos ameríndios? Corpos indígenas são muitos e múltiplos em suas dinâmicas, expressividades e roupagens. São múltiplos em suas verdades, em línguas, sons, performances, cosmopolíticas, enfim, subjetividades que os permitem colocar ou tirar roupagens. Corpos que se manifestam e se materializam pelos sons que demarcam a paisagem corporal por meio da subjetividade. O território encarnado. Os “limites” dos corpos enquanto defesas e potência das resistências.

Mesmo tendo uma experiência corpórea, muitos não indígenas não os veem e também não os ouvem. Muitas

vezes, as demandas não são escutadas pelas características próprias de uma manifestação e/ou assembleia indígena ou pela negação da legitimidade do povo ou comunidade. As mesmas têm como base de suas discussões o território, a relação com esse espaço chave envolve seus rituais e o modo de viver. Sendo assim, ao possuir características distintas de uma reunião realizada por pessoas não indígenas que estão acostumadas com outra organização socioespacial, as mesmas deixam de ganhar a atenção necessária. Os temas em pauta envolvem a retomada de territórios tradicionais, saúde, educação, sustentabilidade, moradia e a importância de manter vivo o modo de viver indígena – com a cosmologia Guarani e Kaiowá – com seus rituais compostos por rezas e cantos.

### **Corpo-território: concepção e prática das mulheres indígenas latino-americanas**

As lutas das mulheres indígenas estão o tempo todo acionando e jogando com uma série de escalas geográficas e de cosmopolíticas que tem essa raiz (base ancestral) dentro do espaço, moldadas pelas cosmologias. Questões ligadas à ancestralidade, à luta por direitos, território e territorialidade, são

fundamentais para entendermos esse momento de enfrentamento e descolonização que as mulheres indígenas em suas mais variadas expressões fazem. E todas essas lutas começam e terminam no próprio corpo das mulheres.

As lutas das mulheres indígenas contra as violências de gênero, doméstica, e as violações de direitos humanos evidenciam a importância dessa questão/escala do corpo, da defesa e cuidado da vida, na configuração do território, seja a nível individual, seja a escala de grupo. Por outro lado, se lembrarmos que o espaço geográfico no sentido mais amplo, na visão Massey (2005) é a esfera da coexistência, da multiplicidade – e podemos acrescentar a coexistência da diferença –, ou seja, podemos enfatizar as dimensões da multiplicidade e da diferença, é possível ler esse espaço também como a dimensão por excelência da mudança de olhar, de perspectiva.

O espaço permite, carrega, esse potencial de favorecer ou possibilitar uma outra perspectiva de mundo, de corpo e de território. Por isso que as cosmologias e cosmopolíticas das mulheres indígenas são tão importantes, não só pelo caráter pluri-ontológico dos grupos étnicos, mas, também, para a dimensão física (a corporeidade) que ele



carrega. O espaço concreto, da cultura material, seja por meio de uma base física como a terra, seja por meio dos objetos, está o todo tempo estimulando a pensar de uma maneira diferente, a encontrar o diferente, e essa ideia de mudança de ponto de vista é fundamental para a mudança perspectiva do espaço, do corpo, do território.

Na América Latina as mulheres indígenas também colocam isso como um elemento muito importante, já que cada uma, considerando obviamente a sua etnia, faixa etária, relação de parentesco, dentre outros marcadores sociais, configura de alguma maneira o seu próprio mundo, o seu próprio corpo. O componente fundamental que o pensamento decolonial propõe é a ideia de que esse conhecimento-saber-poder é sempre localizado (QUIJANO, 2005). Esse pensamento está situado em uma determina perspectiva de mundo que, no caso dos povos originários latino-americanos, há toda uma carga geohistórica de violência da economia extrativista espoliadora contra o corpo-território das mulheres indígenas.

Na América Latina, a especificidade de que o poder patriarcal se desdobra por meio de uma economia extrativista espoliadora, que propõem até sacrificar corpos-territórios, como nos inúmeros assassinatos de mulheres

indígenas, mas que também nos permite redefinir o território a partir da colonialidade do poder, onde é tão importante as lutas contemporâneas em defesa da vida, do (auto)cuidado, da valorização do coletivo, da demarcação do território, da autonomia.

Atualmente os corpos-territórios do sacrifício ocorrem em nome do propalado desenvolvimento, do moderno e do progresso, que é uma característica fundamental da América Latina, em relação a outros contextos da própria periferia mundial. A herança escravista e patriarcal tem o papel sempre subordinado da mulher de maneira muito contundente com o uso e exercício da violência como forma de dominação. No entanto, por outro lado, não podemos esquecer da força de resistência secular dessas mulheres em defesa dos seus corpos-territórios de vida – da bio e/ou etnodiversidade.

No caso latino-americano, em relação a outros contextos da própria periferia mundial, basta observar o próprio corpo, dependendo da posição que os grupos sociais têm no espaço, seja de forma hegemônica ou subalterna, protagonista ou coadjuvante, desde cima ou desde baixo, que os povos vão ter uma visão outra. É possível ver quem está à frente (no centro), quem está atrás (na periferia), quem está ao lado (no meio).

Não podemos esquecer, obviamente, que há nessas relações espaço corporais uma superposição de dimensões vida, a dimensão biológica, a dimensão ancestral-étnica (e interétnica) e a dimensão subjetiva. Todas elas estão englobadas nessa condição corpórea que as mulheres carregam. O espaço, então, enquanto condição corpórea tem esse potencial para vivenciar o ambiente, a multiplicidade e a diferença, conhecer o Outro e lutar pela vida (existir para resistir). Por isso, no Brasil, e nos diferentes contextos regionais, há toda uma carga geohistórica que ajuda a explicar porque as mulheres indígenas pensam o mundo numa maneira muito própria, a partir de seus territórios ontológicos (ESCOBAR, 2018), corpo-território.

Então é importante analisar o corpo-território das mulheres indígenas a partir desse contexto geo-histórico, no sentido de pensar relações de poder profundamente arraigadas pela colonialidade interna, forte, racista, do desprezo pela vida e da concentração da terra/recursos/riqueza, dentro daquilo que Grosfoguel (2008) propôs denominar como “sistema mundo-europeu-euro-norte-americano capitalista patriarcal moderno”.

Uma das propostas fundamentais desse pensamento decolonial que nos

interessa aqui para pensar o corpo-território considerando o protagonismo das mulheres indígenas nas lutas étnico-sociais, é a condição do pensamento decolonial de “dar voz”, de visibilizar o subalterno. Embora, como sabemos, isso não seja uma prerrogativa estrita do pensamento decolonial, o próprio filósofo francês Michel Foucault (2012) já defendia isso a bastante tempo, no sentido de dar voz e visibilidade (empoderamento) aos grupos subalternos, enfatizando sobretudo as resistências desses coletivos.

A resistência desde a perspectiva de Foucault (2012), não é vista como outro do poder, mas como seu constituinte inerente, sempre que há poder há resistência. A resistência é dessa forma condição do poder. Por isso, é possível ler desde as lutas concretas os corpos das mulheres indígenas como territórios de r-existência. Essa r-existência é vista por meio dos territórios que envolvem a própria ameaça a existência desses grupos.

Nessa ontologização do território como propõe Escobar (2018), o corpo é visto a partir dessa dimensão do ser das mulheres indígenas e que dependem do território para a sua própria existência. O corpo-território (e não podemos esquecer nesse processo do território como “corpo da terra” proposta por

Cabnal, 2010), que implica em relações de resistência, se deve porque ele é construído como reação de defesa às ameaças do poder da economia neoextrativista espoliadora e do patriarcado de alta intensidade.

### **Lutas das mulheres indígenas contra o patriarcado de alta intensidade e a violência em áreas de fronteira**

O feminismo crítico na América do Sul tem um debate sobre a existência do patriarcado nas sociedades originárias antes da presença da colonização. Segundo a antropóloga e feminista argentina Rita Segato (2016) a maior parte das nossas sociedades indígenas desta região eram patriarcais, não existia a igualdade de gênero, existiam níveis de desigualdade, mas eles configuravam um patriarcado de baixa intensidade em que as mulheres tinham certo empoderamento e participação no espaço público.

Para Segato (2016) a colonização europeia rompeu essa baixa intensidade do patriarcado. Uma das mudanças que a colonização fez em diversos povos originários foi transformam os homens indígenas nos principais interlocutores com o colonizador. Esse diálogo entre masculinidades resultou em uma violência contra as mulheres indígenas e

na destruição dos espaços políticos possíveis e das econômicas dentro do espaço doméstico que era muito importante para as sociedades nativas.

Assim, segundo Segato (2016), houve uma passagem de um patriarcado de baixa intensidade para um patriarcado de alta intensidade na América Latina. Em algumas regiões, como na fronteira do Brasil com o Paraguai, devido às violências e violações de direitos humanos que as mulheres indígenas sofrem num contexto geo-histórico da economia do agronegócio corporativo, o patriarcado se transformou, poderíamos afirmar, de ultra intensidade nas últimas décadas, especialmente, com o governo bio/necropolítico (FOUCAULT, 2004; MBEMBE, 2011) do agronegócio (MONDARDO, 2019b).

Atualmente estamos vendo uma série de expropriações de terras/territórios e de exploração da mão de obra laboral do Sul global, expondo as mulheres indígenas à exploração de gênero, de feminização da sobrevivência em setores informais e formais, com padrões de exploração grande, com mais horas de trabalho, com precarização das relações de trabalho, sofrendo preconceitos étnico-raciais. Por isso, o corpo-território, orientado pela ancestralidade de cada povo, é construído como reação de defesa a essas

diversas ameaças, acrescida a pandemia da Covid-19, num contexto de “acentuação da violência” (GUAJAJARA, 2020) e de “acumulação neoliberal por espoliação” (HARVEY, 2004).

Diante deste contexto, as mulheres indígenas se empoderaram com o protagonismo comunitário. Quando observamos as mulheres em organizações/conselhos de luta por direitos indígenas na América Latina, é possível identificar que a maior parte destas organizações/movimentos são liderados por mulheres. As organizações religiosas, as organizações políticas, as organizações por defesa de direitos territoriais e humanos tem na maioria delas um protagonismo de mulheres indígenas.

Atualmente as mulheres indígenas brasileiras exercem um protagonismo político na maneira como organizam as comunidades, seja em ações contextualizadas em territórios originários e também foram deles, tendo em vista à atuação à escala nacional e até internacional das lideranças. Vale mencionar, como exemplo, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Associação nacional de entidades que representam os povos indígenas do Brasil), e a *Kuñangue Aty Guasu* (Grande Assembleia das Mulheres

Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul), ambas lideradas por mulheres.

As mulheres indígenas também são protagonistas das econômicas populares, em co-atividades vinculadas à agroecologia. Essas atividades têm impacto nas famílias e no fortalecimento de bases locais para a alimentação dos povos em seus territórios tradicionais que foram tão afetadas pela pandemia da Covid-19. Com isso, as mulheres indígenas abrem um leque de possibilidades, de cuidado com a comunidade e de proteção/defesa do corpo-território, que já estavam planteadas por elas desde às lógicas ancestrais, mas que são atualizadas, em cada contexto geo-histórico, desde às lutas que travam/enfrentam na contemporaneidade.

No entanto, é importante destacar algumas especificidades sobre esse processo, em que ressaltamos as relações das mulheres indígenas em regiões de fronteira internacional, com outras lógicas de territorialidade e vínculos com as comunidades. Em áreas de fronteira marcadas pela presença do agronegócio e do patriarcado de alta intensidade, a mulher indígena sempre vai sofrer mais com o colonialismo racista/eticista, enquanto identidade subalterna e periférica. É importante lembrar que esse colonialismo ocorre porque o

componente masculino é aquele do diálogo com o poder hegemônico, de cima para baixo. Esse poder é colonial, moderno e androcêntrico, e isso reforça o patriarcado e o colonialismo nessas áreas de fronteira. Enquanto minorias indígenas, as mulheres indígenas são minorias internas, são os Outros internos.

Na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, o que temos observamos é que a condição de etnicidade, seja de mulheres indígenas Guaraní em contextos urbanos e rurais, aumenta a possibilidade de exposição à vulnerabilidade e à violência. Geralmente, nessa fronteira, existem áreas com processos de desterritorialização/vulneração/exclusão dos povos originários, e na experiência de luta das mulheres reverberam a um maior índice de violências sofridas. Quando comparamos, nesta fronteira, por exemplo, as mulheres de nacionalidades indígenas e não indígenas, observamos que as indígenas sofrem mais violência de gênero, são mais exploradas no mercado de trabalho (formal e informal), estão mais expostas (ou são mais perseguidas) as autoridades fiscalizadoras transfronteiriças, sofrem mais com o monitoramento policial porque, em grande medida, são identificadas pela questão do fenótipo.

Essa identificação, racista e etnicista, constrói o Outro (a mulher indígena) como a territorialidade menos desejada ainda nas áreas de fronteira.

De forma geral, os povos indígenas são construídos no Brasil como uma alteridade negada, não desejando esse Outro enquanto diferente etnicamente/culturalmente na sociedade nacional, e quando se trata de uma mulher indígena, aumenta ainda mais esse nível de negação da alteridade. Por isso, quando essa mulher carrega elementos do fenótipo que as associam a uma condição indígena, isso é ainda mais violento simbólica e concretamente.

Assim, as violências que as mulheres sofrem são mais fortes, ao mesmo tempo em que a condição indígena se relaciona com o pouco acesso que elas tiveram (ou a dificuldade de acesso que tiveram) a certos elementos que poderia empoderar ou ajudar na luta contra essas diversas formas de violência. Essas mulheres indígenas têm menores acessos à educação formal do que as mulheres não indígenas, tendo maior índice de violência de gênero.

Na fronteira do Brasil com o Paraguai, por exemplo, no estado do Mato Grosso do Sul, em muitas famílias estão presentes a violência de gênero, notadamente na aldeia Bororó, que

pertence a Reserva Indígena do município de Dourados. Nessa reserva existem altos índices de violência e muitos casos estão associados à violência pela condição de ser mulher indígena. Por isso, é possível afirmar que existe uma correlação de ser indígena, da privação de certos dispositivos que empoderariam essas mulheres contra as diversas formas de violências que sofrem, além da privação de determinados direitos básicos do Estado, como, por exemplo, a constatação de que algumas mulheres indígenas Guarani em áreas rurais nos municípios brasileiros de Caarapó e Amambai, e do município de *Ipehum* no Paraguai, não tinham documentos, como a Carteira de Identidade, a Certidão de nascimento e Carteira de Trabalho. Daí a importância da atuação de coletivos como a *Kuñangue Aty Guasu*, Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani.

### ***Kuñangue Aty Guasu: Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani***

*Kuñangue Aty Guasu*, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, começou a ser organizada no ano de 2006, no Cone Sul do estado de Mato Grosso do Sul. O coletivo é organizado por mulheres indígenas,

*Nhandesys* (Anciãs-*Jary*), sendo que as assembleias multiterritoriais são os fóruns ou espaços políticos de organização em defesa do corpo e do território. As mulheres são as porta-vozes na luta contra as violências e violações de direitos humanos e por territórios sagrados, os *tekoha*.

Nas assembleias, as mulheres Guarani e Kaiowá têm agendas e colocam em pauta temas que envolvem e vão além da questão territorial, e que se inscrevem no espaço cotidiano delas como: demarcação das terras tradicionais, cidadania indígena, direitos sociais, segurança pública e participação social. Além disso, essas reuniões também englobam pautas específicas das violências que as mulheres sofrem, como a violência doméstica, violência do Estado contra os Guarani e Kaiowá, alimentação/soberania alimentar e o consumo de alimentos sem agrotóxicos, o racismo, o preconceito, a intolerância religiosa, os direitos das crianças e adolescentes, os direitos das anciãs e anciões, dentre outros.

As violências contra os corpos das mulheres indígenas envolvem os ataques históricos e atuais sofridos pelas Kaiowá e Guarani em diversos contextos espaço-temporais. Segundo a *Kuñangue Aty Guasu* a palavra violência não tem tradução na língua Guarani. O que

estaria mais próximo de uma tradução da palavra violência seria *reko vai*, que significa “viver ou se comportar de maneira ruim ou negativa”. No mapeamento realizado pela *Kuñangue Aty Guasu* foram identificadas um conjunto de violência, como formas com as quais a violência afeta os corpos de mulheres Kaiowá e Guarani, como o genocídio, a violência contra os corpos, a violência moral, a violência psicológica, dentre outras, como pode ser verificado no quadro 1.

Quadro 1: Violências contra as mulheres Kaiowá e Guarani identificadas pela Kuñangue Aty Guasu

A violência do Estado brasileiro (genocídio, ecocídio, epistemicídio...);
O crime de intolerância religiosa
Perseguições/homicídios
Crianças indígenas e a violência silenciosa
Violência moral
A violência dentro dos territórios indígenas
Violência obstétrica e institucional na saúde
Criminalização de movimentos e lideranças
As violências durante a pandemia de Covid-19
Feminicídio

Violências psicológicas
Despejo territorial
A fome, as doenças, os agrotóxicos
Violência doméstica
Violência contra os nossos corpos
Incêndio criminoso
Violência espiritual
Violência na universidade e na escola indígena; desvalorização da sabedoria indígena nas escolas
Racismo
Estupro

Fonte: *Kuñangue Aty Guasu* – Disponível em <https://www.kunangue.com/categorias> – Organização do autor, 2022.

No entanto, a organização Guarani e Kaiowá ressalta, que as mulheres indígenas não pensam da mesma maneira sobre essas violências e as categorias se sobrepõem e se relacionam, não podendo, assim, serem compreendidas de maneira independentes, demonstrando uma perspectiva integradora do categoria da prática corpo-território.

Na figura 1, podemos verificar como o corpo-território é acionado como categoria da prática para a defesa dos corpos e territórios Kaiowá e Guarani contra as diversas formas de violências que sofrem.

Figura 1: “Mulheres Kaiowá e Guarani em defesa do nosso corpo e território”



Fonte:

<https://www.kunangue.com/categorias?pgid=13aaqb26-db5e297e-6d8e-45ff-afee-3af90b6197e9> – acesso em 16-07-2022.

O relatório “Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani”, realizado pela Grande Assembleia de mulheres *Kuñangue Aty Guasu*, registrou e deu visibilidade às várias violências sofridas pelas mulheres Guarani e Kaiowá no contexto contemporâneo (figura 2). Assim, o relatório é mais um instrumento para a defesa do corpo e do território:

*A assembleia da Kuñangue Aty Guasu acontece anualmente, não é um espaço só de mulheres, mas organizado por elas. A Kuñangue Aty Guasu condena todos os tipos de violência contra a vida das mulheres indígenas, é contra todos os pacotes de leis*

<sup>3</sup> Atualmente a legislação brasileira possui um dispositivo jurídico que norteia a atuação e prevenção do Estado nos casos de violência doméstica contra a mulher. Trata-se da Lei nº 11.340/2006, conhecida nacionalmente como Lei

*que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida. (p. 3). Atualmente a medicina do não indígena avança sobre o corpo da mulher indígena, o espaço estranho do hospital assusta, as violências obstétricas continuam quando vidas dão vidas a vidas. A medicina do não indígena tem uma concepção diferente do nosso olhar Guarani e Kaiowa, deixam as doenças adormecidas, não tem paciência em cuidar de um corpo indígena onde a pele é da cor da terra, a língua é diferente, os modos e costumes são diferentes. (p. 5). A Lei Maria da Penha<sup>3</sup> para proteger a vida de mulheres indígenas é uma lei morta no papel e na prática, porém é a única que tenta minimizar o que chamamos de violência. Mulheres que se colocam como homossexuais sofrem triplamente a violência em seus corpos. A rede territorial (líderes) a maioria são homens, "capitães", não nos ajudam a suportar, refletir e mudar tudo que reproduz a violência no confinamento da Reserva Indígena. Assim como a igreja que fortalece o discurso de que “o amor tudo suporta” ignorando o enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas. (p. 8). (Relatório Final da VII Kunãgue Aty Guasu, 16 a 20 de setembro de 2019, Tekohá Yvy Katu Potrerito, Japorã-MS.)*

Esse mapeamento é parte de as ações devolvidas pelo coletivo, *Kunãgue Aty Guasu*, para que as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá sejam ouvidas e atendidas às demandas no Mato Grosso do Sul, tendo em vista os contextos em situação de conflito e confronto que vivem.

Maria da Penha, promulgada em 7 de agosto de 2006. Para uma análise sobre as possibilidades e limites sobre a aplicação da Lei Maria da Penha no combate a violência contra as mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul, ver, Lopes e Mondardo (2021).



Figura 2: Mapeamento da violência contra as mulheres kaiowá e Guarani - “Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani”



Fonte:

<https://www.kunangue.com/mapeamento-da-viol%C3%Aancia> – acesso em 16-07-2022.

### Considerações finais

Neste texto discutimos que no caso das mulheres indígenas latino-americanas não há dúvida de que as ameaças fundamentais ou mesmo fundantes que enfrentam foram e são aquelas que se dirigem a própria vida, que colocam em xeque a própria

existência. As violências e violações tem um longo histórico de ameaças à existência desses corpos.

Lutar por corpo-território, na América Latina, é sempre lutar por existir. E existir em primeiro lugar leva em conta defender o território contra a violência de gênero, contra a violência doméstica, contra as vulnerabilidades na exploração do trabalho, contra a espoliação da terra, contra a desterritorialização do território de ocupação tradicional, dentre outros.

O corpo constitui-se assim como uma dimensão importante desse território. Cada mulher indígena carrega a luta e a resistência para defender o seu corpo-território. A r-existência das mulheres indígenas começa e termina por meio do próprio corpo, fundamento primeiro de existência e também da r-existência do ser.

A condição de ser mulher indígena implica reconhecer as interseccionalidades de marcadores sociais. As categorias de identidades movem as mulheres indígenas para quadros distintos de violência. Assim, é possível afirmar que as mulheres indígenas estão mais expostas às vulnerabilidades, às violências e as violações de direitos humanos do que outras mulheres.

A geógrafa equatoriana Sofia Zaragocin (2018), citada na abertura desse texto, desdobra esse pensamento do corpo-território e propõe uma geopolítica do útero. A geopolítica do útero e o útero como território. Ver o útero como território carrega um potencial para ser acionado pelas mulheres para criar territorialidades. Segundo a autora, mulheres indígenas propõe o útero como trincheira, desde o qual confrontam a morte coletiva, uma amplitude do conceito de território importante para pensar e dar visibilidade às resistências e a própria vida. É fundamental reconhecer, assim, que nas lutas contra as vulnerações, violências e violações de direitos humanos as mulheres indígenas persistem como possibilidades concretas em suas re-existências de transformação do futuro.

### Referências

ABIP – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. “Documento final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas: ‘Território: nosso corpo, nosso espírito’”. *Portal Eletrônico da ABIP* [15/08/2019]. Disponível em: <www.apib.info>. Acesso em: 20/08/2019.

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010, pp. 11-25.

CHAMORRO, G. *Decir el cuerpo: historia y etnografía del cuerpo en los pueblos Guaraní*. Asunción: Tiempo de Historia/FONDEC, 2009.

CLASTRES, P. *La société contre l'Etat: recherches d'anthropologie politique*. Paris: Éditions de Minuit, 1974.

DORRONSORO, B. Existindo, resistindo e reexistindo: mulheres indígenas perante os seus direitos. In: SANTOS, B. de S.; MARTINS, B. S. (Org.). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 373-395.

ESCOBAR, A. *Otro posible es posible: caminando hacia las transiciones desde Abya*

- Ayala/Afro/Latino-América*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2018.
- FOUCAULT, M. *Ditos e escritos volume IV: estratégia, poder-saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, A. AMADEO, J. GONZÁLEZ, S. (Orgs.) *La teoría marxista hoy*. CLACSO, Buenos Aires, 2006. p. 431-458.
- GROSGOUEL, R. Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.9: 199-215, julio-diciembre 2008.
- GUAJAJARA, S. *Governo Bolsonaro: o retrato da barbárie contra os povos indígenas e a vida*. Conflitos no campo: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020, p. 182-189.
- GUAJAJARA, S. Governo Bolsonaro: o retrato da barbárie contra os povos indígenas e a vida. In: Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no campo: Brasil 2019*. CPT Nacional, 2020, pp. 182-189.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, vol. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KUNÃGUE ATY GUASU. *Relatório Final da VI Kuñangue Aty Guasu*, Grande Assembléia das Mulheres Kaiowá e Guarani, realizada entre os dias 10 e 14, de julho de 2018, na Reserva Indígena de Amambai, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Documento-Final-da-VI-Kun%C3%A3gue-Aty-Guasu.pdf> – acesso em 16/05/2022.
- KUNÃGUE ATY GUASU. *Relatório Final da VII Kunãgue Aty Guasu*, 16 a 20 de setembro de 2019, Tekohá Yvy Katu Potrerito, Japorã-MS. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/10/relatorio-final-da-vii-kunangue-aty-guasu-2019.pdf> - acesso em 18/06/2022.
- LOPES, R. C.; MONDARDO, M. Violência contra as mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul: Possibilidades e limites sobre a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Trimestral de Jurisprudência do Tribunal de Justiça MS*, v. 42, p. 6-15, 2021. Disponível em: <https://www5.tjms.jus.br/webfiles/SPGE/revista/20220221135022.pdf>
- MASSEY, D. *For Space*. London: Sage, 2005.

- MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tenerife: Melusina, 2011.
- MELIÀ, B. *Teko porã: formas do bom viver guarani, memória e futuro*. In N. H. SILVEIRA, C. R. MELO, & S. C. Jesus (Org.), *Diálogos com o Guarani: articulando compreensões antropológicas e indígenas* (pp. 23-30). Ed. UFSC, 2016.
- MONDARDO, M. La lucha por el territorio ancestral continental de los guaraníes transfronterizos en América del Sur. *Estudios Fronterizos*, 22, 2021.
- MONDARDO, M. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*. 1(2), 2019b, pp. 155-187.
- MONDARDO, M. *Tekoha: lutas indígenas pelo território*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019a.
- NASCIMENTO, S. de S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.
- SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEGATO, R. L. *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de Sueños, 2016.
- SERAGUZA, L. Do fluxo do sangue aos cortes da vida em reserva: sangue, ritual e intervenção entre as mulheres Kaiowa e Guarani em MS. *Tellus*, v.17, n.33. Campo Grande: UCDB, 2017, p. 139-162.
- SERAGUZA, L. *Cosmos, corpos e mulheres Kaiowa e Guarani: de Aña à Kuña*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013.
- SMITH, L. T. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. University of Otago Press, 1999.
- VERON, V. *Tekombo'e kunhakoty: modo de viver da mulher kaiowá*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- ZARAGOCIN, S. La Geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. CRUZ, D.; BAYON, M. (Eds.). *Cuerpos, territorios y feminismos*. Quito: Abya Yala y Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2018.